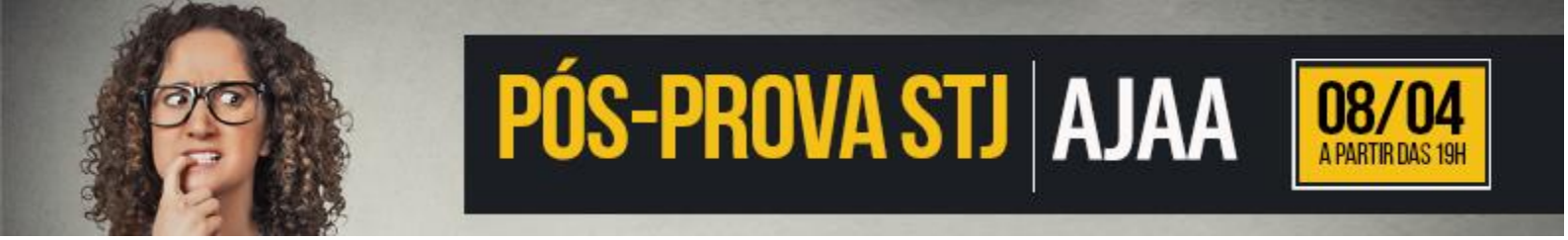


PROVA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – AJAA

RECURSOS

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 52 (Modelo de prova divulgado pelo Gran Cursos Online)

Questão 50 (Modelo de prova divulgado pelo Cebraspe)

A aplicação da penalidade de multa a empresa privada, no contexto de contrato administrativo celebrado por inexigibilidade de licitação, tem fundamento no poder disciplinar da administração pública.

GABARITO PRELIMINAR: ERRADA

O gabarito deve ser alterado de Errado para Certo, na medida em que existe um vínculo especial (supremacia especial) na relação proposta decorrente da relação contratual. Assim, a multa aplicada decorre do poder disciplinar conforme apontado na questão proposta.

Nesse sentido, a doutrina de Gustavo Scatolino e João Trindade:

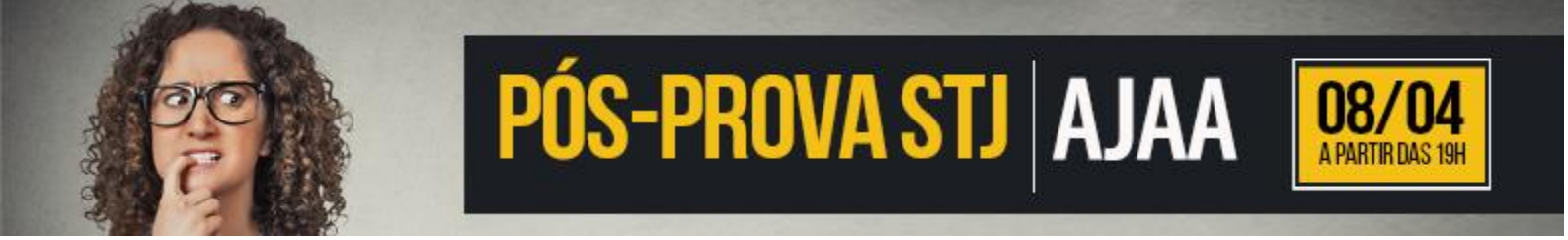
"Poder Disciplinar

É o poder de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

De acordo com o conceito apresentado, o poder disciplinar incide não só em relação aos servidores da Administração, mas também em relação aos particulares que mantém algum tipo de vínculo mais próximo com ela, como, por exemplo, concessionários e permissionários, que podem sofrer determinadas sanções em razão de inexecução contratual ou falha na execução (ex: advertência e multa).

A aplicação de sanções aos particulares, normalmente, decorre de manifestação do poder de polícia. Para se distinguir quando a multa decorre do poder de polícia ou do poder disciplinar, deve-se verificar se o particular que sofre a sanção possui apenas um **vínculo geral** (*relação de supremacia geral*) com o Estado, pois, nesse caso, a sanção decorrerá de expressão do poder de polícia. Por outro lado, se o administrado possui **relação especial** (*supremacia especial*) com o Estado, a sanção decorrerá do poder disciplinar." (Manual Didático de Direito Administrativo, Ed. Juspodivm)

De fato o poder disciplinar é a atribuição de que dispõe a Administração Pública de apurar as infrações administrativas e punir seus agentes públicos responsáveis e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, que contratam com a Administração ou se sujeitam a ela (como, por exemplo, os concessionários ou permissionários de serviços públicos, os alunos de escola ou universidades públicas, etc.)



Questão 58 (Modelo de prova divulgado pelo Gran Cursos Online)

Questão 59 (Modelo de prova divulgado pelo Cebraspe)

De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, o contrato administrativo deve ser escrito, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal celebrado com a administração pública.

GABARITO PRELIMINAR: ERRADA

A questão deve ser ANULADA. É certo que, como regra geral, o contrato é celebrado por escrito. No entanto, a Lei nº 8.666/93 admite o contrato verbal em algumas situações. Conforme foi proposta a questão, induz o candidato a erro ou até mesmo uma dupla interpretação, na medida em que o enunciado ficou ambíguo/confuso.

Gustavo Scatolino

Atualmente é Procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e Pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-Assessor de Ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, Analista Judiciário do STJ, exercendo essa função durante 5 anos, e Procurador do Estado do Espírito Santo.